

Bonfim Paulista: entre a tradição e a modernidade

Bonfim Paulista é um distrito de Ribeirão Preto distante não mais que 10 quilômetros do centro da cidade. A pequena Vila Bonfim nasceu há 114 anos, impulsionada pela implantação da estação de trem de onde escoava a produção de café das fazendas da região. Seu nome nem sempre foi Bonfim. Já foi Viaducto, Gaturamo e, em 1953, em homenagem ao seu fundador, o fazendeiro Francisco Rodrigues dos Santos Bonfim, o nome Bonfim Paulista foi oficializado. O distrito só não acompanhou o desenvolvimento de Ribeirão Preto, contam os moradores mais antigos, porque os fazendeiros priorizaram o uso da estação da Vila Tibério, quase no centro de Ribeirão Preto, para o transporte do “ouro negro”.

Bonfim era a zona rural e um centrinho com a estação de trem, de onde as pessoas partiam para chegar a Ribeirão Preto, a sede do município. Hoje a estrada que liga Bonfim Paulista a Ribeirão Preto já pode ser considerada uma avenida. Há pouco mais de 10 anos o crescimento imobiliário chegou à zona rural do distrito. Os condomínios se multiplicam pelas antigas propriedades rurais e mudaram a rotina da população de cerca de 10 mil habitantes, que em pouco tempo ganhou outros quase 6 mil moradores.

Até o seu centenário, o distrito conseguiu preservar as tradições e rotinas rurais. Hoje a tentativa é conciliar a modernidade que chega com os novos moradores.

A nova paisagem e o trânsito são novidades. Os muros altos dos condomínios de classe média e classe média-alta deixam à vista apenas telhados coloridos e com formas diferentes. O trânsito piorou na região central em função da passagem dos novos moradores pela rua principal do distrito, que é também a rua da praça e da igreja.

O que não mudou foi a rotina das ruas íngremes que partem da região



Antiga Estação, no centro de Bonfim Paulista, ainda preservada

central. É muito comum encontrar carroças e charretes rodando pelas ruas, quando não, um trator que vai de um sítio para o outro. As calçadas, principalmente no final da tarde, recebem cadeiras. Os vizinhos se reúnem para conversar e espantar o calor.

O distrito de Bonfim Paulista é maior do que muitas cidades da região. Possui 4 escolas, 1 creche, 1 centro de orientação profissional e 1 biblioteca. Na área da saúde 1 unidade básica é suficiente para atender a população. A farmácia popular deve ser inaugurada até o mês de outubro.

Na infra-estrutura 100% de água encanada e iluminação pública. A rede de esgoto não pára de crescer para atender aos novos moradores.

O comércio é consistente. São 180 estabelecimentos comerciais e

de prestação de serviços. São 5 supermercados, fora os mercadinhos e quitandas. Bancos, são 2 agências e 3 postos de atendimento. Existem lojas com mais de 50 anos. A relojoaria, por exemplo, está na terceira geração é muito procurada por colecionadores de relógios antigos. A venda de pássaros também é muito forte. Um dos maiores criadores de pássaros do Brasil, Aloísio Tostes, vive na cidade. Seus pássaros, campeões de canto, têm herdeiros espalhados pelo país.

Apesar do crescimento urbano a atividade agrícola se mantém forte. Quase mil pessoas ainda moram no campo e produzem uma diversidade muito grande de produtos, principalmente hortifrutí e flores.

Bonfim respira tradição. As fachadas das antigas casas e os paralelepípedos das ruas nos remetem a Parati, RJ. Muitas casas estão em fase de tombamento pelo Conselho do Patrimônio Histórico. Histórias e estórias dos velhos tempos são passadas de pai para filho, como a do capanga Dioguinho, que matava por dinheiro, e da Maria Fumaça, que não agüentava subir a serra e sempre parava no meio do caminho para aliviar a caldeira.

Bonfim Paulista é qualidade de vida. Seus moradores não a trocam por nenhum outro lugar.



Agro é uma publicação oficial, mensal, da Associação Brasileira do Agronegócio da Região de Ribeirão Preto - ABAG/RP, Av. Presidente Vargas, 2.001, sala 87, CEP 14020-260, Ribeirão Preto-SP. Fones: (16) 3623-2326 e 3620-9303. Site: www.abagr.org.br. E-mail: abag_rp@netsite.com.br. Diretora-executiva: Mônica Bergamaschi. Jornalista responsável: Valéria Ribeiro, MTb 15.626. Editoração: Fernando Braga. Impressão e fotolito: Gráfica São Francisco. Tiragem: 2.500 exemplares



Interior: empregos em alta

Levantamento do Caged, Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, do Ministério do Trabalho e Emprego aponta que no acumulado do ano a agropecuária lidera a criação de vagas formais. Responsável por 41,51% dos empregos, contratou 1,6 milhão de pessoas e demitiu 449 mil. Em segundo lugar aparece o setor da construção civil com 23,24% das vagas criadas. Contratou 5,9 mil e demitiu 3,9 mil trabalhadores. O crescimento na geração de vagas no país foi em média de 5,40% no período de janeiro a julho de 2008. Neste mesmo período São Paulo registrou 6,67%.

Estes números reforçam o estudo publicado anteriormente pelo mesmo Caged. Fazendo uma comparação entre o crescimento do emprego nas regiões metropolitanas e no interior dos Estados, o interior aparece com uma vantagem percentual acima da média.

Entre as 100 cidades do interior melhor classificadas, o crescimento de vagas de trabalho com carteira assinada se dá principalmente por conta da produção agropecuária. Das 10 primeiras cidades, 7 estão no Estado de São Paulo, sendo 4 na região de Ribeirão Preto: Franca, Pontal, Ribeirão Preto e Sertãozinho. Destas 10 apenas Pontal, que criou 8.232 vagas, teve o crescimento calcado na agropecuária, 7.027 vagas. Sertãozinho e Franca tiveram maior crescimento na indústria, metalúrgica e calçados, respectivamente. Em Sertãozinho o crescimento se deu em função do bom momento vivido pelo setor sucroalcooleiro. Suas indústrias fabricam basicamente máquinas e equipamentos para este setor. Em Ribeirão Preto, o maior número de empregos formais foi criado na área de serviços, 7.547. Conhecida como Capital Brasileira do

Agronegócio, Ribeirão Preto é centro de atração de toda uma macro região onde o agronegócio é o maior gerador de renda e empregos. Ribeirão se beneficia economicamente da região, que usufrui de seu comércio e serviços, principalmente saúde e educação.

Vista Alegre do Alto, com pouco mais de 6 mil habitantes, aparece no ranking como 26ª cidade do interior do Brasil em saldo de vagas. Foram criados, até junho, 4.096 empregos, crescimento de 471,35% em relação a janeiro.

Segundo o prefeito Antônio Fiorani, este número se refere não apenas à sua cidade, mas a outras 7 (Itaiacaré, Itaipava, Monte Alto, Cândido Rodrigues, Fernando Prestes, Pirangi e Ariranha) que estão situadas muito próximas e se beneficiam das vagas criadas na Usina instalada em Vista Alegre, e em suas 3 indústrias, sendo 2 metalúrgicas e

1 de polpa, e também dos empregos gerados nas mais de 200 propriedades rurais do município. Segundo ele, é um número a se comemorar regionalmente, mas garante, sua cidade é mesmo privilegiada apesar de alguns problemas que surgem a partir desta oferta de vagas.

Vista Alegre recebe, a cada safra, cerca de 1.000 migrantes que chegam para trabalhar no corte da cana. Isto significa aumento no preço dos aluguéis e uma demanda maior para o setor de educação e saúde. Nos postos de saúde, durante a safra, há um incremento de 30% de pacientes. Mas não há escapatória, diz o prefeito: “Sempre foi assim. Nossas cidades recebem estes trabalhadores que usam a infraestrutura local, mas elas acabam se beneficiando também, principalmente, com o aquecimento de seu comércio. No fim todos ganham”, completou.

Ranking Caged - Interior

Posição	Cidade	Saldo de Vagas	Varição (%)*
1º	Campinas	11.988	3,95
2º	Franca	10.025	14,51
3º	São José dos Campos	9.160	5,99
4º	Joinville	8.423	5,86
5º	Pontal	8.232	129,54
6º	Caxias do Sul	8.218	5,89
7º	Ribeirão Preto	7.547	5,04
8º	Sorocaba	7.452	5,48
9º	Sertãozinho	7.260	18,33
10º	Maringá	7.134	7,16
17º	Araraquara	5.690	9,85
22º	Pitangueiras	4.775	96,36
26º	Vista Alegre do Alto	4.096	471,35

Fonte: Ministério do Trabalho* Variação em relação ao número de vagas de janeiro de 2008

O tema escolhido pela ABAG, Associação Brasileira de Agribusiness, para o seu 7º Congresso mostrou a disposição do setor em discutir, de peito aberto, sem meias verdades, a questão “Agronegócio e Sustentabilidade”. Um assunto oportuno e inadiável.

No discurso de abertura o presidente da ABAG, Carlo Lovatelli, imprimiu o tom: “Como uma das principais fronteiras agrícolas do globo, o Brasil atrai para si os olhares de todo o mundo. Somos a vitrine do planeta e temos que cuidar com carinho da forma sustentável de ofertar nossos produtos. Mostrar posição firme e transmitir credibilidade.” O Secretário da Agricultura e Abastecimento de São Paulo, João Sampaio, reforçou o tom: “sustentabilidade não é um problema, e sim uma oportunidade”. O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, foi mais incisivo: “70% da área do país está congelada. Não estou com medo da extinção da floresta, mas da extinção da área agricultável no Brasil”.

Os convidados dos painéis que se seguiram tiveram a mesma liberdade para expressar suas idéias e opiniões. Não apenas “homens do agronegócio” foram convidados, mas outros especialistas de várias tendências que tinham o que acrescentar na discussão da sustentabilidade, um conceito em formação.

Jacques Marcovitch, professor da USP, foi o primeiro palestrante e salientou esta virtude do Congresso: “é louvável que o tema sustentabilidade não seja tratado apenas por políticos, mas também por pesquisadores”.

Pesquisadores da Embrapa Informática e Cepagri/Unicamp lançaram o estudo: “Aquecimento global e cenários futuros da agricultura”, financiado pelo governo britânico. Hilton Silveira Pinto, do Cepagri, sabia do impacto que o estudo teria na imprensa e começou dizendo que a idéia não era criar terrorismo e nem prever nada, mas sim mostrar cenários para o agronegócio brasileiro se nada for mudado. Segundo o estudo, simulações mostram que o Brasil pode ter perdas de cerca de R\$ 7,4 bilhões em 2020, e até R\$ 14 bilhões em 2070, devido à elevação da temperatura no planeta e a conseqüente redução de áreas para o plantio de algodão, arroz, feijão, café, algodão, milho

e soja. As saídas para a “crise”, segundo os pesquisadores, passam por processos que minimizem os efeitos causadores das mudanças climáticas, além de investimentos em pesquisas no setor agrícola, para, por exemplo, criar plantas adaptadas e mais resistentes ao estresse hídrico, temperaturas elevadas, etc. Por outro lado o estudo prevê um crescimento do plantio de cana-de-açúcar em cerca de 120%, o que poderia significar um ganho de cerca de R\$ 25 bilhões.

Os três aspectos da sustentabilidade: social, ambiental e econômico, foram discutidos ainda no primeiro dia do Congresso. Rubens Gomes, da ONG Oela, do Amazonas, agradeceu o convite dizendo que até pouco tempo atrás, dificilmente um militante de esquerda seria convidado para ter voz em um Congresso como o da ABAG. Enfatizou a responsabilidade de todos e lembrou que não é possível dicotomizar os três aspectos da sustentabilidade.

Paulo Adário, do Greenpeace, se ateu à questão do consumidor mais exigente e atento às questões ambientais. Fechando o painel, um empresário, o deputado Homero Pereira, do Mato Grosso, não mandou recado. Foi claro ao dizer que o Brasil precisa parar de falar no passivo ambiental e começar a falar do ativo ambiental que possui: “não podemos ficar com sentimento de culpa. O modelo do Brasil é sustentável”, completou.

O painel que encerrou o primeiro dia do Congresso discutiu o ambiente institucional. Roberto Waack, Presidente do Conselho do Ares, Instituto para o Agronegócio Responsável, lembrou que a sustentabilidade é um processo e não um fim, e que suas três vertentes devem estar estrategicamente integradas. Assuero Veronez, da CNA, falou da questão ambiental e do direito de propriedade e apimentou: “Nunca na história desse país o direito de propriedade esteve tão fragilizado como hoje”. Falou se referindo às questões ambientais, indígenas, quilombolas e agrárias. Veronez enumerou a quantidade de normas, portarias e decretos que saíram de dezembro de 2007 até julho de 2008, culminando no decreto 6514 com dispositivos que vão impactar todas as atividades produtivas no Brasil, visto que estabelece sanções administrativas exorbitantes para os chamados ‘crimes

DE PEITO ABERTO



Carlo Lovatelli, Reinhold Stephanes, João Sampaio, Valdir Colatto e Roberto Rodrigues.

ambientais’. “O Brasil pára. Não existirá mais café nas montanhas de Minas, nem uvas nas serras gaúchas. Desaparecerão os ribeirinhos do Acre e Rondônia, as maçãs de Santa Catarina. É preciso encontrar uma solução pactuada, adequada ao país, o que existe hoje está desassociado da realidade”, encerrou Assuero Veronez.

O presidente da Fundação Amazonas Sustentável, Virgílio Viana, encerrou o segundo painel com uma atitude positiva e um alerta. Segundo ele, a mudança de atitude diante do paradigma da sustentabilidade é clara. Até 1992 a questão da sustentabilidade era negada. De 92 até 2007, usada como marketing; e, pós IPCC virou estratégia. “Ninguém desmata por burrice ou desinformação. Existe aí uma lógica econômica. É preciso mudar esta lógica para preservar”, disse Virgílio Viana.

Agroenergia

O agronegócio pós barril de petróleo acima dos US\$ 100, é outro negócio. A agroenergia passou a ter outro papel e ganhou importância e implicância mundial. No Congresso a agroenergia foi discutida sob cinco aspectos: infra-estrutura, biodiesel, químicos, bioeletricidade e etanol.

Com a previsão de produzir 46 milhões de m³ de etanol em 2020, e com um mercado crescente, a prioridade, segundo a Petrobrás, é eliminar os gargalos na infra-estrutura de escoamento da produção para o mercado externo. Paulo Canabrava apresentou os estudos da estatal para a construção de alcooldutos, polidutos e de navios de carga.

O tema Biodiesel ficou a cargo de Marcello Brito, da Agropalma, que se disse preocupado em falar para uma platéia tão diferenciada. Ele apresentou resultados

de uma pesquisa no setor, e comprovou o que muitos já desconfiavam: a participação da mamona na produção do biodiesel brasileiro foi de 0%. Restaram duas certezas: mamona não pode ser comida e nem dá para produzir biodiesel; o que sobra é soja e sebo. Chegou a hora de encarar o assunto sem emoção. “É preciso dar dois passos atrás para retomar a jornada. O Programa Nacional de Biodiesel precisa ser revisto, não por 11 ministérios e outras tantas agências”, completou.

A agroenergia não é novidade no mundo da química. Até 1920 o etanol era a principal matéria-prima do setor, disse Webber Porto, da Evonik, em sua apresentação. Com o advento do petróleo a baixo custo o etanol foi esquecido. Hoje, por questões ambientais e econômicas a situação deve se inverter. O polietileno, o produto mais demandado no mundo, pode ser produzido a partir do etanol da cana-de-açúcar, a um custo menor e com um balanço energético infinitamente melhor. Para cada quilo de polietileno de etanol deixa-se de emitir 3,9 quilos de CO² na atmosfera. O mercado de químicos utiliza apenas 5% de etanol. Há muito o que crescer.

A co-geração de energia será a próxima fronteira da cana-de-açúcar, afirmou o consultor Carlos Silvestrin, mas são necessários investimentos da ordem de R\$ 60 bilhões. R\$ 45 bilhões em caldeiras, turbinas, geradores e transformadores. O restante, R\$ 15 bilhões, deverá ser investido na colheita na compra de 7.500 colhedoras, 16 mil tratores e 17 mil caminhões.

O coordenador do Comitê Nacional de Agroenergia da ABAG, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, encerrou o painel lembrando que a agroenergia aponta para uma nova geopolítica da energia. Essa discussão, segundo

ele, está apenas começando. “Mercado e tecnologia vão mudar tudo o que se conhece”, completou.

Relações internacionais

Os países desenvolvidos só se referem à sustentabilidade sob dois aspectos, o social e o ambiental. A diplomacia brasileira está fazendo um esforço enorme para que o pilar econômico entre nas pautas de discussões, afirmou o Diretor do Departamento de Energia do Ministério das Relações Exteriores, André Corrêa do Lago. Segundo ele, “a Europa pós Protocolo de Kyoto usou a questão ambiental para impulsionar sua agricultura, quando se deu conta que seu biocombustível era “menos bom”, houve pânico, a questão ganhou um lado emocional e protecionista. A FAO chegou a comparar biocombustível ao genocídio”, disse Corrêa do Lago. O jogo parece estar perdido por três a zero: transgênicos, alimentos x energia e Amazônia. O Brasil precisa fugir das armadilhas. É preciso compará-lo aos outros países nos mesmos modelos. “Transparência demais atrapalha”, enfatizou Corrêa do Lago. “Outros países não se abrem tanto quanto o Brasil, nem países desenvolvidos, nem os em desenvolvimento”. É preciso encontrar a comparação verdadeira, se concentrar em resultados reais, usar as críticas para crescer: “graças aos ataques conseguimos mostrar vantagens do etanol que ninguém se atinha”, completou.

Sustentabilidade no Agronegócio: ameaça ou oportunidade?

O impacto da pesquisa na produção agrícola foi destacada por Carlos Henrique Brito Cruz, Diretor Científico da Fapesp, como um fator decisivo de diferenciação para o setor. Segundo ele, cada real despendido em pesquisa incrementa o valor da produção entre 10 e 12 reais. É preciso intensificar a pesquisa para deixar de ser vítima de artigos internacionais que levam conclusões contrárias ao Brasil. O lado econômico das discussões ficou a cargo de André Nassar, Diretor Geral do Ícone, para quem o uso da terra é que vai determinar o futuro das discussões. O uso, segundo ele, dependerá de fatores econômicos que determinarão a demanda da produção agropecuária. “Não se pode projetar o futuro com olhos no passado.

A agenda positiva para o agronegócio é o grande desafio”.

Desafio mesmo é usar legalmente as terras no Brasil, disse Evaristo Eduardo de Miranda, Chefe Geral da Embrapa Monitoramento por Satélite. Ele liderou a execução do estudo chamado: “Alcance Territorial da Legislação Ambiental Sobre a Agricultura”, e concluiu que o Brasil agrícola está sob forte ameaça. Se a legislação for levada a ferro e fogo a agricultura brasileira não apenas não se expande mais como terá que se retrair! Miranda apresentou dados da região norte do país, onde se multiplicam a criação de unidades de conservação e reservas indígenas. Aspectos relacionados a reserva legal, água e relevo também foram considerados. Resultado, apenas 6% da região “estaria” disponível para o uso agrícola, mas ainda é preciso descontar deste percentual as cidades, estradas, áreas militares, entre outras. “A lei ambiental brasileira inviabiliza a sustentabilidade. Todos perdem hoje e no futuro”, enfatizou o pesquisador.

Um talk show encerrou os debates. O ex-ministro da Agricultura, Alysson Paolinelli, Jorge Viana, Presidente do Fórum Sustentável do Acre, e o ex-ministro Pedro Parente discutiram o ambiente político e o crescimento sustentável. Todos ressaltaram a necessidade urgente e premente de profundas reformas em políticas públicas macro e setoriais, e concordaram com as dificuldades em conseguir essas mudanças com a atual atmosfera reinante no Congresso Nacional. Ficou clara a necessidade de a sociedade brasileira atuar mais, decidir mais e participar mais. Ficou clara a necessidade de melhor organização, comunicação e diálogo.

Ao final do Congresso uma mudança no tema central foi necessária. Em vez de “Agronegócio e Sustentabilidade”, “Agronegócio é Sustentabilidade”. Foram dois dias de discussões que, segundo o presidente da ABAG, Carlo Lovatelli, iluminaram o caminho sustentável que sempre esteve à frente de todos. “O Agronegócio Brasileiro é sustentável e sustenta a árvore do Brasil. Melhorar as suas raízes é o nosso papel, com o apoio do sistema democrático brasileiro. A agricultura de alimentos, fibras e energia será a revolução do Século XXI, numa nova geopolítica, com o Brasil tendo liderança chave no processo evolutivo global”, completou.